

3

A política relacionada ao livro didático de ensino fundamental

3.1

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é executado pelo Governo Federal, promovido pelo Ministério da Educação e gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao MEC, tendo por objetivo “prover as escolas das redes federal, estadual e municipal e as entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado com obras didáticas de qualidade”.¹ Por meio deste programa, que existe desde 1929 – embora tenha apresentado outras denominações e formatos anteriormente – e teve algumas modificações ao longo de seu funcionamento, o governo distribui livros de todas as disciplinas constantes do currículo aos estudantes de ensino fundamental das escolas da rede pública, configurando-o como um dos maiores projetos de distribuição gratuita de livros escolares em todo o mundo. Batista assinala que “o PNLD, tal como hoje se caracteriza, é o resultado de diferentes e sucessivas propostas e ações para definir as relações do Estado com o livro didático brasileiro”² e aponta como marco na história recente dessas relações a criação do Decreto-Lei nº 91.542, de 1985, a partir do qual boa parte do traçado atual do PNLD foi instaurado:

(...) o desenvolvimento do programa esteve, desde então, condicionado, dentre outros fatores, pelo modo por meio do qual respondeu a dois problemas centrais: a questão da *qualidade* dos livros que eram adquiridos e a das *condições políticas e operacionais* do conjunto de processos envolvidos na escolha, aquisição e distribuição desses livros.³

O PNLD não se restringe apenas à distribuição de obras aos estudantes de ensino fundamental da rede pública, sendo responsável também pela seleção de livros adequados e que atendam às exigências metodológicas de ensino e aprendizagem que cada disciplina impõe, constituindo-se em um processo oficial

¹ FUNDO Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Livro Didático**: Programas de livros didáticos. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 15 de outubro de 2007.

² BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Recomendações para uma política pública de livros didáticos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001, p.11.

³ Ibid.

de avaliação do livro didático que teve início em 1996. A iniciativa adveio da necessidade de avaliar sistemática e continuamente o livro didático brasileiro e de versar sobre suas características, funções e qualidade por meio de discussão entre os envolvidos na produção e consumo do mesmo.⁴ O processo seletivo, desde então, é fruto de uma avaliação criteriosa, pedagógica e metodológica, organizada pela Secretaria de Educação Básica e realizada por equipes de especialistas que detenham os conhecimentos necessários para tal julgamento em cada área de conhecimento. Inicialmente, essas comissões foram incumbidas de estabelecer critérios de avaliação coerentes e discuti-los com editores e autores para a formulação do processo avaliativo. Cassiano⁵ demonstra a importância desse processo ao definir sua função, ponderando que

Em suma, a implementação oficial da avaliação dos livros didáticos, além de assegurar a ausência de erros conceituais, de preconceitos e de inconsistências metodológicas, cumpre também outros papéis, porque além da difusão da Reforma Curricular também a legitima, na medida em que a avaliação foi instituída em função da questionável qualidade dos livros comprados anteriormente (...)

A percepção da “questionável qualidade dos livros comprados anteriormente”, à qual a autora se refere, deveu-se a uma análise, ocorrida em 1994, por parte de especialistas incumbidos pelo MEC de examinar os títulos voltados ao Ensino Fundamental mais requeridos pelos professores em 1991, nos aspectos editorial, conceitual e metodológico.⁶ Após esta apreciação, foram revelados sérios pontos falhos nas obras examinadas, resultado que levou à detecção da necessidade de se fazer uma avaliação pedagógica periódica dos livros didáticos adquiridos pelo governo para distribuição aos alunos deste nível de ensino. Além disso, diversos estudos desenvolvidos sobre a produção didática brasileira já vinham apontando publicações de baixa qualidade e com falhas graves, tanto conceituais quanto metodológicas.

A partir de 1996, portanto, teve início essa avaliação oficial pedagógica e metodológica, que se tornou etapa obrigatória do PNLD, na qual comissões de

⁴ Ibid.

⁵ CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil**: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). Tese de Doutorado em Educação. São Paulo: PUC-SP, 2007, p. 59.

⁶ KANASHIRO, Cintia Shukusawa. **Livro didático de geografia**: PNLD, materialidade e uso na sala de aula. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação). São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2008, p.55.

avaliação se debruçam sobre os títulos submetidos pelas editoras e os analisam e julgam de acordo com os critérios preestabelecidos em edital.

Posteriormente a esse julgamento por parte da equipe de especialistas, cujos critérios são baseados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e em princípios éticos e educacionais, é redigido um documento, o **Guia de Livros Didáticos**, publicação oficial do Programa enviada às escolas, que assinala e sugere os principais pontos a serem considerados na adoção de um livro, e na qual são dispostas as obras avaliadas e aprovadas, apontando-se as características, as abordagens e os pontos fortes e fracos de cada uma delas. Ainda no âmbito deste Programa, as obras aprovadas de acordo com os critérios e requisitos desejados pela equipe de avaliação são submetidas ao julgamento dos professores e diretores das escolas públicas que trabalharão com os livros didáticos por meio do **Guia de Livros Didáticos**; afinal, em tese, estes educadores devem decidir sobre o que consideram ideal para seus alunos de acordo com o projeto pedagógico e curricular da escola. Portanto, tal decisão não deve ser arbitrária, necessitando ser baseada nos itens propostos no **Guia** e se restringir às coleções didáticas que ali estão listadas e comentadas. Ao término do processo, as coleções eleitas para adoção são então compradas pelo governo e enviadas aos alunos matriculados na rede pública de ensino de todo o país.

Batista esclarece, a respeito da política do MEC para o livro didático, que, desde a instauração oficial do PNLD, em 1985, ocorreram diversas modificações; no entanto, as diretrizes norteadoras das relações do Estado com o livro didático se mantiveram, apoiando-se nas seguintes bases: centralização das ações de planejamento, compra e distribuição; utilização exclusiva de recursos federais; atuação somente na compra de livros, excluindo-se a participação na produção editorial (cuja responsabilidade é da iniciativa privada); escolha do livro pelo corpo docente; distribuição gratuita dos livros aos alunos e professores da rede pública de ensino. O MEC, portanto, funciona desde então como um intermediário entre as equipes docentes e as de produção editorial, tendo agregado, a partir de 1996 – quando teve início o processo de avaliação das obras didáticas –, os papéis de julgador da qualidade do material didático e de grande incentivador da melhoria desse material oferecido pelas empresas editoriais.⁷

⁷ BATISTA, Antonio Augusto Gomes. “A avaliação dos livros didáticos: para entender o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)”. Em: ROJO, Roxane e BATISTA, Antonio

Optei por abordar o tema proposto em minha dissertação a partir do PNLD por acreditar que seja necessário enveredar por esta perspectiva para entender como o livro didático é produzido e que muitos dos aspectos levados em consideração no momento de sua produção estão diretamente ligados a pontos assinalados no âmbito desse programa do governo. Alain Choppin, pesquisador da área de educação, em seu artigo sobre o estado da arte da história dos livros e das edições didáticas, aponta nesta direção, corroborando esta hipótese:

(...) em grande parte dos países, eles [os livros didáticos] são objeto de uma regulamentação que difere sensivelmente daquela a que são submetidas as demais produções impressas; regulamentação que é geralmente mais estrita, quer ela se exerça no início (elaboração, concepção, produção, procedimentos prévios de aprovação) ou ao final do processo (modos de financiamento, de difusão, procedimentos de escolha, formas de utilização). O estudo sistemático do contexto legislativo e regulador, que condiciona não somente a existência e a estrutura, mas também a produção do livro didático, é condição preliminar indispensável a qualquer estudo sobre a edição escolar. Escrever a história dos livros escolares — ou simplesmente analisar o conteúdo de uma obra — sem levar em conta as regras que o poder político, ou religioso, impõe aos diversos agentes do sistema educativo, quer seja no domínio político, econômico, linguístico, editorial, pedagógico ou financeiro, não faz qualquer sentido.⁸

Também creio que, apesar de o Programa Nacional do Livro Didático ser voltado para o ensino público, a atuação de sua avaliação se estenda para além deste limite. Afinal, a maioria das editoras têm por objetivo a aprovação de suas obras pelo programa, uma vez que dessa forma podem ter alguma de suas coleções escolhida e comprada em grande quantidade pelo governo – ou até mais de uma coleção. Portanto é muito provável que mesmo as obras didáticas não aprovadas no processo instituído pelo PNLD ao menos tenham sido realizadas – tanto pelos autores como pelas editoras – de acordo com as diretrizes deste, objetivando atingir a excelência desejada pelo programa. Esta hipótese será averiguada mais minuciosamente por meio do estudo de caso (constante do capítulo cinco da presente dissertação), mas, a princípio, já podemos ter uma ideia do impacto do programa ao ler o trecho abaixo, extraído do texto do **Guia de Livros Didáticos – PNLD 2008 Geografia**, por meio do qual podemos concluir que os livros estão sendo realizados e/ou modificados de acordo com as exigências expressas em edital do PNLD.

Augusto Gomes (org.). **Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003, p. 34.

⁸ CHOPPIN, Alain. “História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte”. Em: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004, p. 560.

O processo de avaliação dos livros didáticos, instituído por meio do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), ocorre há mais de uma década e, como aspecto positivo, auxiliou de forma muito significativa a melhoria generalizada da qualidade técnica, teórica e didática das coleções de Geografia.

Ao longo do período em que se desenvolveram os processos de avaliação, a precisão nas informações básicas e na localização dos fenômenos geográficos melhorou, as imprecisões, as lacunas e as simplificações foram sendo superadas de forma que, em geral, a qualidade e a atualidade das informações apresentam-se adequadas.⁹

Em matéria relativa à avaliação referente ao PNLD 2007, cujo título é “MEC aprova 96,04% dos livros da Ática”, João Guizzo, diretor editorial adjunto desta editora na época, também demonstra em sua afirmação o grau de preocupação de sua equipe quanto à aprovação das publicações didáticas pelo PNLD¹⁰:

Nosso objetivo será sempre alcançar 100% de aprovação. Para isso, durante a etapa de preparação dos livros, trabalha-se exaustivamente, relendo e refazendo cada página tantas vezes quanto for necessário. Às vezes, correções são feitas no último instante.

Guizzo acrescenta, ainda: “O segredo é a montagem de uma equipe editorial competente e empenhada, que **trabalha com muito foco e atenção nas exigências dos editais dos programas do governo.**” (grifos meus). Esta afirmação não deixa dúvidas quanto à preocupação de um dos maiores grupos editoriais em respeitar as demandas do edital do PNLD, fato que, se observado, provavelmente mostrará ser quase uma regra de conduta também nas demais editoras. Afinal, como elucida Batista, o PNLD impôs padrões de qualidade no campo da produção editorial brasileira, dado que, com a implantação de um processo seletivo com critérios específicos, apenas inscrever os livros escolares no PNLD deixou de ser suficiente para aprovação dos mesmos, impossibilitando que fossem automaticamente oferecidos às escolas para escolha.¹¹

Miranda e Luca¹² atentam para o fato de a obra didática, muitas vezes, ser permeada por múltiplas mediações e interferências em seu processo produtivo, uma vez que não se trata apenas de um bem cultural, pois sua condição

⁹ MINISTÉRIO da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2008**: Geografia. Brasília: MEC, 2007, p.13.

¹⁰ EDITORA Ática. “MEC aprova 96,04% dos livros da Ática”. Em: **Fique por dentro**. Disponível em: <http://www.atica.com.br/materias/?m=7>. Acesso em: 15 de janeiro de 2009.

¹¹ BATISTA, Antonio Augusto Gomes, op. cit., 2003, p. 38.

¹² MIRANDA, Sonia Regina e LUCA, Tânia Regina. “O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD”. Em: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 48, p.123-144 – 2004, p. 128.

de mercadoria a faz estar sujeita a fatores como capacidade de venda e aceitação no mercado – conforme discussão levantada no capítulo anterior. Segundo as autoras, “a instituição de uma cultura avaliativa, num contexto político democrático, acabou por desencadear poderosos mecanismos de reajustamento e adaptação no mercado editorial”, já que, se acontece de uma coleção inteira de determinada editora (ou até mesmo mais de uma coleção da mesma editora) ser excluída no processo avaliativo do PNLD, essa supressão pode ter um impacto muito negativo e consequências financeiras graves para a empresa. Não é por acaso que, decorrida cerca de uma década desde o início desse processo, algumas editoras deixaram de existir e outras se fundiram, passando a constituir verdadeiros conglomerados editoriais.

Tendo em vista a preocupação por parte das editoras com essa avaliação realizada por intermédio da Secretaria de Educação Básica, um dos itens de minha pesquisa visa a estudar quais são as diretrizes do PNLD explicitadas por meio de edital – e como se dá a aplicação delas na prática – na produção editorial de determinadas coleções didáticas de geografia, para investigar como os agentes fundamentais envolvidos nesta tarefa (o autor, o editor e o designer) empregam o que é estipulado pelo Edital do PNLD e aliam essas considerações aos seus próprios conhecimentos. Considero imprescindível, devido aos motivos anteriormente expostos, avaliar o grau de influência do Programa na editoração e, conseqüentemente, no design das obras didáticas, especialmente aquelas de geografia de ensino fundamental II.

Avaliei ser necessário, portanto, fazer primeiramente uma averiguação mais apurada do processo de avaliação do livro didático, para que se tornasse possível compreender melhor os procedimentos adotados, como embasamento para a realização das entrevistas. Além deste motivo, compreender o próprio Programa é desvendar sobre qual base está sendo assentada a construção do livro didático e sob que critérios e exigências ele é produzido. Considero este passo uma necessidade premente no que concerne ao exame de sua produção editorial.

A partir da leitura do **Edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)**, do **Guia de Livros Didáticos – PNLD 2008 (Apresentação)**, do **Guia de Livros Didáticos – PNLD 2008 (Geografia)** e de outras obras e artigos relativos ao assunto, entrei em contato com o universo que cerca a realização desse processo e pude compreender melhor os porquês dos critérios e as

mudanças que o Programa propiciou à edição de livros didáticos. Muitos autores já exploraram esse terreno, tendo realizado a “avaliação da avaliação”, e pode-se dizer que são unânimes quanto à atribuição de importância ao processo no que concerne à melhoria das obras, de uma maneira geral, desde o início deste, há pouco mais de uma década. Conforme proposta de Sposito,¹³ deve-se fazer um “esforço de ir além das duas posições que mais frequentemente se observa nos meios acadêmicos e escolares – ser, por princípio, contra ou a favor de se avaliar livros didáticos”. Ela, em seu texto, expõe os motivos que acredita fundamentarem a importância da avaliação e mostra claramente sua posição favorável à realização desta, uma vez que corresponde a um controle de qualidade por parte do Governo Federal, que, através de recursos públicos, adquire uma grande quantidade de livros para distribuí-los à rede de ensino pública, sendo necessário, desse modo, examinar aquilo que compra com estes recursos. Esta autora propõe, então, que nos perguntemos sempre sobre os porquês, os destinatários, as maneiras de proceder e a necessidade das avaliações, além dos parâmetros que devem orientá-las.

Gostaria de assinalar que estou de acordo com a existência de uma ponderação no que concerne à adoção de livros didáticos e que considero importante haver um controle de qualidade dos materiais didáticos por parte do órgão de governo ao qual compete a educação de ensino fundamental. Entretanto creio que o processo em curso atualmente deve ser revisto e reformulado em alguns pontos críticos que exporei adiante, e não seguido de maneira cega, irrestrita.

Começemos pelo esclarecimento mais detalhado dos trâmites por que passam as obras candidatas às compras governamentais. Inicialmente, para que se verifique se as obras submetidas estão conforme as exigências técnicas e físicas expressas no edital, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) realiza uma espécie de triagem – por meio de análises das características físicas dos livros, seguindo especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), normas ISO e manuais de procedimentos de ensaio pré-elaborados –, à qual se segue uma avaliação pedagógica – desempenhada pela Secretaria de Educação Básica (SEB), do MEC – das obras que passaram pela

¹³ SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Livros didáticos de história e geografia: avaliação e pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006, p.15.

primeira etapa. A própria SEB nomeia os especialistas que comporão a comissão de exame das obras, os quais seguem os critérios divulgados no edital e preparam as resenhas dos livros aprovados para que sejam publicadas no **Guia de livros didáticos** e consultadas pelos professores no momento da decisão sobre as coleções didáticas que serão utilizadas durante três anos letivos consecutivos, período de validade de cada edição do Programa.

Um ponto que merece atenção nesse processo é a composição dessa comissão de especialistas – no caso da equipe de geografia responsável pela apreciação dos livros de ensino fundamental, por exemplo, ela deve contar necessariamente com especialistas em geografia humana, geografia física e cartografia. A Secretaria de Educação Básica do MEC convida universidades públicas para que realizem a análise de livros didáticos em cada área do conhecimento. Elas são responsáveis por organizar equipes de pareceristas compostas por pesquisadores e professores universitários, com comprovada experiência acadêmica, didática e pedagógica, além de docentes da educação básica, com qualificação mínima de mestrado. Cada obra é avaliada por pelo menos dois pareceristas; caso não haja consenso, ela é submetida a um terceiro.

Acredito que a decisão de incluir na comissão docentes e pesquisadores universitários e professores da educação básica é bastante acertada, visto que muitas vezes é a prática em sala de aula que dita muitos dos usos dos materiais didáticos e que traz o *feedback* dos alunos em termos de recepção dos livros didáticos. Afinal, uma avaliação desse porte não se pretende julgadora apenas da qualidade técnica do material didático e da correção das informações prestadas. O intuito é, também, obedecer a certas normas de cunho pedagógico e metodológico, compatíveis com o nível cognitivo dos alunos de cada série cursada. Deste modo, a heterogeneidade no corpo constitutivo do comitê enriquece o processo, fazendo vir à baila uma profusão de visões diferentes e complementares acerca do livro didático adequado a nossos estudantes de ensino fundamental.

No entanto, quando nos deparamos com os pontos apreciados no decorrer da análise (sobre estes, apresentarei maior detalhamento no item 3.2), surpreendemo-nos com a ausência de outros profissionais adequados ao julgamento de um quesito constante da pauta – que chamou minha atenção por fazer parte do viés estudado nesta dissertação –: o “projeto gráfico”. Este, inclusive, consta no **Guia de livros didáticos** como uma das características estruturais observadas pelo

comitê, cujas classificações possíveis são: projeto gráfico “inovador”, “adequado” ou “regular”. Neste caso, é oportuno indagar como é possível que os avaliadores julguem esta questão, uma vez que não apresentam qualificação técnica que os habilite a fazê-lo. Já que o Programa inclui esse ponto, conclui-se que considera importante classificar as obras também sob essa perspectiva; contudo, falta habilitação para tal, pois não há nenhum especialista da área de design ou editoração de livros que faça parte da comissão. O parecer desse tipo de profissional – aliado àquele dos educadores, que conhecem bem as particularidades do público-alvo e da faixa etária deste tipo de livro – traria uma nova visão acerca do design de livros didáticos, que é um dos fatores que contribuem para o estímulo à leitura e à aprendizagem.

Aqui, chegamos à questão da necessidade de se compor uma equipe julgadora mais heterogênea no que concerne às formações profissionais para prover a avaliação oficial de concepções que sejam a base para o aprimoramento do material didático *vis-à-vis* as necessidades dos estudantes.

3.2

CrITÉRIOS DO PNLD para os livros de geografia de ensino fundamental II

Para elucidar melhor a questão das normas que devem orientar a avaliação, começemos por abordar os princípios básicos estabelecidos pelos avaliadores do PNLD para um livro didático de geografia, detalhados e expostos em edital publicado e divulgado em cada ocasião de edição do PNLD. De acordo com Sposito,¹⁴ a função da obra didática na disciplina de geografia é “conter o conhecimento geográfico que se pretende levar o aluno a aprender” e, para tanto, carece ser apropriada ao professor, à escola em que será adotada, e, portanto, ao aluno, de acordo com seu nível de desenvolvimento cognitivo e com a série que está cursando. Para que seja adequada, conseqüentemente, necessita de uma linguagem clara, com utilização de vocabulário acessível, mas também rico em termos geográficos, e precisa ainda de suporte ao texto escrito, por meio de

¹⁴ SPOSITO, Eliseu Savério. “O livro didático de geografia: necessidade ou dependência? Análise da avaliação das coleções didáticas para o ensino fundamental”. Em: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.), op. cit., p. 64.

ilustrações, fotografias e outros recursos que ajudem na compreensão dos temas propostos. O livro deve, ainda, propiciar o desenvolvimento de um corpo de conhecimentos fundamentado nos conceitos da geografia: natureza, lugar, região, território, paisagem, tempo, espaço, cultura, sociedade e poder. Além da aquisição desses conceitos, a apreensão da linguagem cartográfica é de igual importância, pois visa a facilitar a compreensão da distribuição dos fenômenos sociais e naturais no planeta (e, por conseguinte, das relações entre sociedade e natureza), constituindo-se também em técnica que permitirá ao aluno representar e interpretar o espaço geográfico. O conteúdo exposto no livro por meio de seus textos e atividades deve ser responsável, ainda, pelo estímulo ao entendimento e à aceitação da diversidade cultural e étnica, levando à construção e ao exercício da cidadania no aluno.

Vale ressaltar que o espaço geográfico é o objeto do conhecimento, e deve ser trabalhado como um processo de construção social nas escalas regional, nacional e mundial, e que o ensino da geografia deve incluir a articulação entre as instâncias sociais, econômicas, políticas e culturais. No processo de ensino-aprendizagem por meio do livro didático, é essencial que o conteúdo deste parta das experiências e noções do senso comum do aluno de determinada faixa etária e/ou série cursada, integrando-as aos novos conceitos, o que contribuirá para o desenvolvimento dos conhecimentos pelo educando. Este deve poder estabelecer conexões entre os fatos de seu dia-a-dia e os fenômenos descritos, de acordo com os conceitos básicos da disciplina e sua linguagem específica.¹⁵

Acredita-se que a partir do cumprimento desses princípios o livro didático de geografia esteja apto a preparar o estudante para que compreenda a complexidade da realidade vivenciada e do mundo e nele possa se localizar e decifrar seu sentido, objetivo maior deste tipo de obra.

Após a exposição dos princípios a que um livro didático de geografia deve satisfazer, é imperioso conhecer os critérios a que os avaliadores do PNLD submetem as coleções didáticas de Geografia, para que compreendamos as diretrizes que os envolvidos na produção editorial da obra didática de ensino fundamental têm em mente durante a sua feitura. Os critérios são divididos em eliminatórios e de qualificação, sobre os quais disserto a seguir.

¹⁵ SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.), op. cit..

Quanto aos eliminatórios, eles podem ser divididos desta forma:

1. Coerência e adequação metodológicas;
2. Correção de conceitos e informações básicas;
3. Construção da cidadania.

O primeiro diz respeito aos seguintes aspectos: a coerência entre as opções teórico-metodológicas propostas e as adotadas; o estímulo aos processos cognitivos básicos; e a uniformidade no que concerne à pedagogia utilizada nos diferentes volumes da coleção, voltados, cada um, a uma série de ensino e, portanto, a uma faixa etária diferente. O segundo considera a existência de relações espaço-temporais que levem à compreensão pelo aluno da construção histórica do espaço geográfico a partir do entendimento das relações entre a sociedade e a natureza; e ainda a correção e atualização de informações básicas, como a localização dos fenômenos e a exatidão dos principais conceitos geográficos (espaço, região, lugar, território, paisagem, sociedade e natureza). O terceiro engloba as ideias de que não pode haver qualquer forma de preconceitos de origem, etnia, gênero, religião, idade e condição socioeconômica; e de que não é permitido haver propaganda mercadológica, político-partidária e de doutrinação religiosa e ideológica, assim como demonstra a necessidade de estímulo a atitudes em prol do convívio social, do respeito, da tolerância e da liberdade.

Quanto aos de qualificação, é possível arrolá-los da seguinte maneira:

1. Aspectos gerais (nível de conhecimento, valorização do saber prévio do aluno, leituras complementares, linguagem e veiculação de estereótipos);
2. Atividades (problemas, exercícios, pesquisas complementares);
3. Manual do professor (orientação ao professor);
4. Ilustrações (fotos, imagens, desenhos, blocos, diagramas, croquis), representações cartográficas (mapas, cartas, cartogramas, plantas), gráficos, tabelas e quadros; e
5. Estrutura editorial e aspectos gráfico-editoriais.

O primeiro visa conferir se os livros garantem a passagem do senso comum para o nível científico; se há possibilidade de aquisição de novos conhecimentos a partir do saber prévio do aluno; se os conteúdos são apropriados e propiciam o desenvolvimento do vocabulário específico da geografia e de novas formas de conhecimento e expressão; e se as fontes dos dados estão corretas. O segundo pretende aferir se as atividades propostas auxiliam e são adequadas aos objetivos e ao nível dos alunos, e também se propiciam a problematização, que é fundamental para desenvolver o senso crítico do aluno e para que ele se torne capaz de produzir textos e se expressar de outras formas. O terceiro objetiva a

certificação quanto: à adequação da linguagem do manual ao professor; à presença de orientações para o exercício docente – como os pressupostos teórico-metodológicos e os objetivos das atividades –, bem como para o desenvolvimento da ação pedagógica e da articulação dos conteúdos de geografia com outras áreas do conhecimento; à existência de bibliografia diversificada e indicações de leitura que contribuam para a atualização e formação continuada do docente; e quanto à discussão sobre avaliação da aprendizagem. O quarto e o quinto correspondem ao objeto de estudo mais específico desta dissertação, sendo que o quarto diz respeito à adequação dos elementos (ilustrações, representações cartográficas, gráficos, tabelas e quadros) às finalidades estipuladas; bem como à clareza dos mesmos e ao auxílio na apreensão dos conteúdos textuais. Visa verificar ainda se as legendas, escalas e fontes estão conforme as convenções cartográficas. Já o quinto corresponde ao aspecto por meio do qual se avalia a qualidade de impressão e do papel utilizado; se os títulos e subtítulos se apresentam em uma estrutura hierarquizada e o sumário é de fácil consulta; se os elementos que compõem a página (textos e ilustrações) estão dispostos de maneira organizada e equilibrada, de modo a proporcionar legibilidade aos textos e boa visualização das ilustrações, além de ponderar sobre a existência de recursos de descanso visual, quando necessário.¹⁶

¹⁶ Segue a transcrição dos critérios de qualificação quanto à estrutura editorial e aos aspectos gráfico-editoriais que constam do Edital do PNLD:

1. o texto principal esteja impresso em preto e que títulos e subtítulos apresentem-se numa estrutura hierarquizada, evidenciada por recursos gráficos;
2. o desenho e tamanho da letra, bem como o espaço entre letras, palavras e linhas, atendam a critérios de legibilidade e também ao nível de escolaridade a que o livro se destina;
3. a impressão não prejudique a legibilidade no verso da página. É desejável que textos mais longos sejam apresentados de forma a não desencorajar a leitura, lançando-se mão de recursos de descanso visual;
4. o texto e as ilustrações estejam dispostos de forma organizada, dentro de uma unidade visual; que o projeto gráfico esteja integrado ao conteúdo e não meramente ilustrativo;
5. as ilustrações auxiliem na compreensão e enriqueçam a leitura do texto, devendo reproduzir adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, não expressando, induzindo ou reforçando preconceitos e estereótipos. Essas ilustrações devem ser adequadas à finalidade para as quais foram elaboradas e, dependendo do objetivo, devem ser claras, precisas, de fácil compreensão, podendo, no entanto, também intrigar, problematizar, convidar a pensar, despertar a curiosidade;
6. o livro recorra a diferentes linguagens visuais; que as ilustrações de caráter científico indiquem a proporção dos objetos ou seres representados; que os mapas tragam legenda dentro das convenções cartográficas, indiquem orientação e escala e apresentem limites definidos
7. todas as ilustrações estejam acompanhadas dos respectivos créditos, assim como os gráficos e tabelas tragam os títulos, fonte e data;

Tendo recorrido acerca do que um livro didático de geografia deve apresentar segundo o entendimento dos especialistas que submetem as coleções didáticas inscritas no PNLD à sua apreciação, podemos partir para a apreensão de como os diversos atores da produção editorial tomam parte no processo de feitura do livro didático, aliando seus conhecimentos técnicos e ideologias às adaptações que se fazem essenciais para que a obra didática seja, simultaneamente, mercadoria aprovada e certificada – portanto de fácil vendagem –, e bem cultural que não fuja aos aspectos teórico-metodológicos idealizados por seu(s) criador(es). Afinal, como bem sintetiza Batista,

(...) é necessário que o livro didático seja um instrumento que favoreça a aprendizagem do aluno, no sentido do domínio do conhecimento e no sentido da reflexão na direção do uso dos conhecimentos escolares para ampliar sua compreensão da realidade e instigá-lo a pensar em perspectiva, formulando hipóteses de solução para os problemas atuais. Isso significa colocar o livro didático como subsídio da escola para a consecução do objetivo de promover o exercício da cidadania, vale dizer, a serviço da sua proposta pedagógica que é, em última instância, o projeto coletivo necessário à constituição da identidade da unidade escolar.¹⁷

8. a parte pós-textual contenha referências bibliográficas, indicação de leituras complementares e glossário. É fundamental que esse glossário não contenha erros conceituais ou contradições com a parte textual e

9. o sumário reflita a organização interna da obra e permita a rápida localização das informações.

Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no Guia de livros didáticos para os anos finais do ensino fundamental - PNLD/2008**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008, p.32.

¹⁷ BATISTA, Antonio Augusto Gomes, op. cit., 2003, p. 44.